

APADRINHAMENTO AFETIVO DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

MARTINS, Marlene Pereira¹

NOGUEIRA, Cátia Cristina de Carvalho²

PAULA, Érica Cristina de Oliveira³

MELO, Rafaela Toni⁴

RESUMO

O objetivo deste projeto foi promover o processo de Apadrinhamento Afetivo das crianças e adolescentes institucionalizados no município de Juiz de Fora. O projeto foi uma parceria entre a Clínica Escola de Psicologia do CES.JF e a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora resultando em um Projeto de Extensão de 216 horas. Resultados e discussões: recebemos uma listagem constando de 42 candidatos; que foram contatados via telefone para buscar e marcar a entrevista que poderia viabilizar o apadrinhamento. No entanto, durante os contatos pode-se constatar que as inscrições eram bastante antigas. Assim alguns diziam que já fazia mais de cinco anos, muitos nem sequer lembravam do que se tratava. Desta forma esta operação foi frustrante uma vez que destes inscritos tivemos a seguinte posição: para dezoito pessoas os números de contato telefônico já não existiam; quatorze não mais se interessava; sete já não mais residiam na cidade. Por fim só conseguimos completar o trabalho com cinco candidatos que após entrevista e avaliação métrica da personalidade tiveram laudos favoráveis e encaminhados a Prefeitura para dar prosseguimento à aproximação da criança ou adolescente institucionalizado. Diante do exposto a Secretaria do Desenvolvimento Social se propôs a uma nova divulgação e novas inscrições no intuito de dar seguimento ao trabalho. Concluímos que o projeto possui grandes significados assertivo perante a sociedade no sentido de criar laços afetivos entre crianças e adolescentes institucionalizados o que justifica sua continuidade no próximo semestre letivo após um processo de divulgação da prefeitura e inscrição de novos e atualizados candidatos.

¹ Mestra em Psicologia; Psicóloga; Professora; Coordenadora da Clínica Escola de Psicologia do CESJF; marlenemartins@cesjf.br

² Mestra em Psicologia; Graduanda em Psicologia; Membro do Projeto de Extensão "Apadrinhamento Afetivo" catiaenfermagem@gmail.com

³ Graduanda em Psicologia, Membro do Projeto de Extensão "Apadrinhamento Afetivo" ericac_bf@hotmail.com.br

⁴ Graduanda em Psicologia, Membro do Projeto de Extensão "Apadrinhamento Afetivo" marmarpm161810@gmail.com

Palavras-chave: Apadrinhamento Afetivo; Crianças; Adolescentes; Institucionalização

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de um projeto de extensão desenvolvido pela Clínica de Psicologia do Centro de Ensino Superior (CES) junto ao Departamento de Proteção Especial da Secretaria de Desenvolvimento Social da prefeitura de Juiz de Fora. Para que pudesse ser executado foi reunido um grupo composto por uma professora da Clínica Escola e três discentes, sendo uma das alunas bolsista. Os encontros, para estudo, discussão do trabalho, elaboração da metodologia e confecção de documentos ocorreram na Clínica uma vez por semana com duas horas de atendimento, tempo onde também foram efetuados os contatos, agendamentos, entrevistas semi dirigidas com os candidatos, aplicação e correção das avaliações de personalidade e elaboração do laudo final. Encerrando este processo este laudo era encaminhado para a prefeitura possibilitando a tramitação e o possível encontro entre o padrinho afetivo e a criança ou adolescente institucionalizado.

O objetivo central do projeto “Apadrinhamento Afetivo” é o de selecionar famílias interessadas em apadrinhar crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Isto se justifica na importância e necessidade do estabelecimento de novos vínculos familiares, uma possível reintegração familiar, que possa permitir à criança e aos adolescentes vivenciar situações cotidianas de uma vida em família, através de uma relação pessoal, outras referências de vida, comunidade diferentes de suas experiências, no que se almeja contribuir para sua formação pessoal, incentivar os estudos e quiçá uma futura e decisiva formação profissional.

Para que o apadrinhamento aconteça é necessário, contudo, que estas crianças e adolescentes em acolhimento institucional, assim como os candidatos a padrinhos, tenham uma preparação e um acompanhamento para

estreitar os vínculos, para que haja para ambos os envolvidos a construção segura de vínculos e de um relacionamento afetivo e social consciente e saudável.

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) pode ser considerada como um marco da política de proteção a crianças e adolescentes no Brasil. Perez e Passone (2010, p. 651) afirmam que “a infância e adolescência adquiriram status de sujeitos de direitos.”

Brasil (1990) cita no ECA que as crianças e os adolescentes possuem direito à convivência familiar e comunitária, por isso, estabelece no artigo 19 que toda criança ou adolescente tem direito de ser criado, educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, se necessário, assegurada a convivência familiar e comunitária. Já no art. 92, parágrafo I e II promulga que a situação ideal para a socialização das crianças e adolescentes é poder estar dentro de sua própria família, para que possa crescer de modo saudável, garantindo, dessa forma, o seu desenvolvimento afetivo, educacional e social.

Dessa forma, pode-se concluir que os vínculos familiares e comunitários das crianças e adolescentes atendidos em serviços de acolhimento são fundamentais nesta etapa do desenvolvimento humano para que crianças e adolescentes apresentem um desenvolvimento de forma mais saudável.

2 A VULNERABILIDADE DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

De acordo com Weber (2000) a criança não era vista como sujeito de direito, apenas como um adulto em potencial, e somente após a criação do ECA (1990) que a criança passou a ter suas necessidades realmente consideradas e compreendida em suas particularidades. Quando se falava em proteção às crianças era em referência as instituições que mantinham as

crianças internadas e funcionavam muito mais como fator de proteção a sociedade do que às crianças de fato.

Para Trindade (1999) tinha-se o entendimento que as crianças deviam ser protegidas, mas essa “obrigação” era um dever moral das mães ou de pessoas bem-intencionadas.

A solução para os nascimentos indesejados passou a ser vista nas rodas que doadores que não queriam ser identificados colocavam suas contribuições para as Santas Casas de Misericórdia. Essas rodas consistiam em caixas cilíndricas e diversas doações poderiam ser colocadas nelas (roupas, comida, remédios, etc.) e quando giradas as doações iam para o interior da instituição. As mães que não tinham como criar seus filhos viram nessas rodas a possibilidade de deixá-los sem serem identificadas. Com o aumento da prática foram criadas rodas específicas para as crianças, que ficaram conhecidas como a “roda dos expostos”. No Brasil, as rodas foram instaladas a partir do século XVIII, sendo a primeira na Bahia, em seguida no Rio de Janeiro, São Paulo e Desterro (Florianópolis). Todavia, apesar de serem vistas como possibilidade de salvação, as casas em que os bebês eram acolhidos eram muito precárias e o índice de mortalidade era altíssimo (TRINDADE, 1999).

Ainda de acordo com Trindade (1999), existia também diferenciações de crianças pobres, de crianças ricas, brancas de negras e de meninos e meninas. O foco no combate à mortalidade era voltado às crianças brancas e do sexo masculino, visto que meninos eram potenciais homens trabalhadores e geradores de lucros, mas sobreviver ainda era um desafio que nem todas as crianças conseguiriam superar.

A partir do século XIX passou-se a reconhecer o abandono como um problema social e começaram a ser pensadas medidas para combater a prática. Notou-se também que o abandono não estava diretamente relacionado com períodos de guerras ou epidemias e que apesar do alto índice de mortalidade, as casas dos expostos ainda eram a única alternativa que

algumas crianças teriam para sobreviver. Foram desenvolvidas diversas alternativas sem sucesso para diminuir o abandono, entre elas estratégias de conscientização das mães, porém, aquelas que não tinham como criar seus filhos, não viam alternativas a não ser o abandono (TRINDADE, 1999).

De acordo com Rizzini e Rizzini (2004) colégios internos, seminários, asilos, escolas de aprendizes artífices, educandários, reformatórios, entre outras, existem no país desde o período colonial e sempre tiveram como parte dos objetivos, além de tendências educacionais, assistência e controle social. Inicialmente, sob o modelo de internatos, os filhos de ricos e nobres também tinham sua educação moldada por terceiros, todavia, após a segunda metade do século XX esse modelo deixou de ser adotado, mas apenas para as classes sociais mais elevadas, visto que os modelos voltados para a população mais pobre permanecem até hoje.

Conforme cita Rizzini e Rizzini (2004, p. 22) a reclusão, na sua modalidade mais perversa e autoritária, continua vigente até hoje para as categorias consideradas ameaçadoras à sociedade, como os autores de infrações penais.

No século XVIII é que foram instaladas por religiosos as primeiras instituições para educação de órfãos em diversas cidades do país e o modelo a ser seguido nessas instituições era da vida religiosa, havendo um contato restrito com o mundo exterior e atividades voltadas para a vida religiosa. O governo imperial cuidou da educação da Corte e das instituições que a ela serviam como Marinha e Exército, criando Companhias de Aprendizes Marinheiros (escolas no formato de internato que recebiam meninos recolhidos das ruas por policiais) e Companhias de Aprendizes dos Arsenais de Guerra (formadas por meninos dos colégios de órfãos e de casas de educandos, sendo estes treinados em oficinas). Já as meninas órfãs e desvalidas dos séculos XVIII e XIX podiam contar com a proteção dos recolhimentos femininos, criados por religiosos, sendo o estilo de vida conventual, voltado

para as práticas religiosas, na simplicidade do vestir e no controle dos contatos com o mundo exterior (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

Com a mudança do modelo imperial para a República houve uma movimentação para criação de leis de proteção e assistência à infância, o que culminou, em 1927, na criação do primeiro Juízo de Menores e na aprovação do Código de Menores, que foi idealizado por Mello Mattos, que foi também o primeiro juiz de menores do país, e que visavam também a criação de um sistema de assistência social e jurídica (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

Historicamente nota-se que a assistência à infância dos séculos XIX e XX era voltada para a institucionalização de crianças pobres como órfãs e abandonadas, ainda que possuíssem familiares. Com o decorrer da história e com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990) houve diversas mudanças no modelo assistencial dessas instituições e nos critérios para institucionalização de menores em situação de risco, sendo a internação um “último recurso” de acolhimento desses menores (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

Na década de 1980 surgem propostas de mudanças referentes a garantia dos direitos das crianças e, apesar de ainda existirem resquícios de intervenções assistencialistas e autoritárias, tiveram avanços quanto as práticas de atendimento as crianças e adolescentes em situação de institucionalização. Atualmente há situações em que diferentemente do passado onde menores eram internados pela própria família, as crianças/adolescentes saem de casa e vivem experiências pelas ruas e que acabam passando por diversas instituições, o que leva ao questionamento dos elos familiares, em que existe uma rejeição por parte da criança/adolescente em relação à família (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

3 INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO AO LONGO DOS ANOS

No decorrer dos anos e com a questão dos menores abandonados cada vez com maior evidência, alguns meios foram desenvolvidos com o intuito de “melhorar” a assistência. Rizzini e Rizzini (2004) citam o SAM, que foi instalado em 1941 por Getúlio Vargas e suas finalidades são apresentadas no Art. 2º do decreto-lei Nº 3.799: o Serviço de Assistência aos Menores (SAM) terá por finalidade:

- a) sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares;
- b) proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinquentes;
- c) abrigar os menores, a disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal;
- d) Recolher os menores em estabelecimentos adequados, a fim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento;
- e) Estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos;
- f) Promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas (BRASIL, 1941).

Inicialmente o SAM visava atender aos verdadeiros órfãos, porém, com o passar do tempo essa finalidade foi desvirtuada e, norteados pela corrupção, filhos de famílias com recursos financeiros eram internados nos melhores educandários.

As instituições “vinculadas” ao SAM recebiam um valor por pessoa, porém, diversas dessas instituições não eram juridicamente reconhecidas como contratadas do serviço (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

Em 1956, Paulo Nogueira Filho, lançou o livro “SAM: Sangue, Corrupção e Vergonha”, em que denunciava a exploração de menores e a corrupção existentes nos internatos. Devido às constantes críticas que o sistema adotado no SAM vinha recendo foi criado em 1964 a FUNABEM com missão inicial de melhorar as críticas realizadas ao SAM e que possuiria autonomia financeira e administrativa e se opunha a ideia dos “depósitos de menores” (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

A Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor – FUNABEM – tinha como objetivo a valorização da vida em família junto à integração do menor na comunidade e com o discurso de que internar seria somente em casos que não tivessem alternativas. Sua missão era o planejamento e a coordenação da ação assistencial. Seguindo exemplos do que fazer ou não deixados pelo SAM escolas e internatos foram recuperados, melhorando a condição de vida dos internos. Após uma reestruturação física e humana dos serviços a FUNABEM focou em difundir a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) em todo o país tendo a execução de diversos projetos em relação a menores (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

Apesar de significativas melhoras estruturais a ideia inicial de não internação não teve o sucesso esperado. O que se sabe é que esses internatos normalmente ficavam no interior e funcionavam como uma “punição” a menores “indesejáveis” na sociedade, afastando-os de suas famílias (quando eles a tinham) e os privando do meio social. Os afastavam ainda dos riscos de subversão, que era combatida principalmente na final década de 1960 (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

4 O APADRINHAMENTO AFETIVO NOS MOLDES DAS INSTITUIÇÕES ATUAIS

Para Sousa e Paravidini (2011) as instituições que acolhem as crianças que são afastadas do seu convívio familiar (pelos mais diversos motivos) são lugares cujos cuidadores (funcionários) tem a função de acolher e cuidar das crianças e se tornarem responsáveis pelos cuidados diários. Todavia, uma casa de acolhimento pode ter entre uma ou duas “mães sociais” para diversas crianças e é nesse contexto diferencial que se pensa ser favorável os projetos de apadrinhamento afetivo.

Definimos o apadrinhamento afetivo como uma prática que intenta proporcionar às crianças acolhidas vínculos alternativos dotados de

significado, que contribuam para que elas tenham vivências familiares e emocionais saudáveis ao seu desenvolvimento psíquico. (Sousa e Paravidini, 2011, p. 538).

O programa de apadrinhamento é um direito constituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e consiste que crianças ou adolescentes que estejam em abrigos (acolhimento institucional) ou em um acolhimento familiar possam formar vínculos afetivos com pessoas fora da instituição ou da família acolhedora onde vivem e que se dispõe a serem padrinhos. Apresenta como propósito promover vínculos afetivos seguros e duradouros entre eles e pessoas da comunidade que se dispõe a serem padrinhos e madrinhas (FARIELLO, 2015).

As instituições as quais as crianças são encaminhadas normalmente são sustentadas por entidades não governamentais (como igrejas, por exemplo). Em algumas instituições as crianças possuem acompanhamentos com pedagogas, psicólogas, assistentes sociais, etc. Além de frequentarem regularmente a escola e possuírem atividades de lazer, dentro e fora da instituição (SOUSA E PARAVIDINI, 2011).

Quando uma criança é encaminhada a uma instituição de acolhimento ela é “condenada” a se adequar a instituição e com isso colocar seu processo de subjetivação em segundo plano. Principalmente para crianças mais novas desenvolver e manter laços afetivos significativos são fundamentais para experimentar sentimentos de afeto, gratificação e também de frustrações. (SOUSA E PARAVIDINI, 2011).

Mas o que é exatamente ser um padrinho ou madrinha de uma criança institucionalizada? Para Sousa e Paravidini (2011) os termos são de cunho religioso e os padrinhos são aqueles que se responsabilizam pela criança em caso de ausência dos pais. Mas no caso de padrinhos que são apresentados através das instituições e não dos pais, eles acabam assumindo o papel de pessoas que convocam novamente as crianças a um campo de significação humana. E para Goulart e Paludo (2014), o principal objetivo do apadrinhamento é garantir que aqueles que estão acolhidos possam ter a

possibilidade de convivência familiar e comunitária, conforme o artigo 4º do ECA.

E a função de padrinho/madrinha para aquele que apadrinha, ocupa qual lugar? Ainda de acordo com Sousa e Paravidini (2011) o desejo de apadrinhar toca na própria condição humana de desamparo e o desejo de ser querido esta tanto em quem é apadrinhado como naquele que apadrinha. Já para Goulart e Paludo (2014) o afilhado ao apadrinhamento existe uma possibilidade de afeto ou cuidado fora do espaço institucional enquanto para os padrinhos e as madrinhas é uma forma de ajudar outras pessoas e de fazê-las se sentirem pessoas melhores.

E segundo Goulart e Paludo (2014), o apadrinhamento é importante também no momento em que o adolescente completa 18 anos e deve deixar a instituição, já que inicialmente eles não conhecem ninguém fora da instituição e ter alguém com quem contar funciona como um suporte emocional, facilitando o processo.

5 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE EXTENSÃO

Inicialmente foi criado um roteiro de entrevista (em anexo) com base em técnicas de entrevistas e dentro da subjetividade da questão em estudo. Este contato e este contrato serviriam para nortear as principais questões pertinentes ao apadrinhamento. Em seguida as alunas e a professora tentaram contato com as pessoas interessadas conforme a lista enviada pela prefeitura, porém, como mencionado, com pouco sucesso. Tivemos acesso a uma listagem constando de 42 candidatos interessados a realizar o Apadrinhamento Afetivo; pode-se constatar que a inscrição já era bastante antiga, pois ao entrarmos em contato alguns diziam que já fazia mais de 05 anos que fizeram tal ação.

Tivemos a oportunidade de entrevistar cinco pessoas e com três delas fizemos o teste Inventário Fatorial de Personalidade-IFP de Pasquale, et al

(1997). Este é uma adaptação feito do teste EPPS de Edwards, que objetiva avaliar a personalidade normal em 15 itens: afago, Afiliação, Agressão, Assistência, Autonomia, Deferência, Denegação, Desempenho, Dominância, Exibição, Heterossexualidade, Intracepção, Mudança, Ordem, Persistência.

O teste visa avaliar o indivíduo normal, ao todo o teste contém 155 itens, 75 itens a menos que os EPPS. As respostas a cada item são em escala tipo Likert composta por 7 pontos. Os pontos da escala correspondem progressivamente de “1 = Nada característico” até “7 = Totalmente característico”.

Desta forma, finalizamos cinco atendimentos e ficamos um tanto quanto frustrados com os resultados que tivemos ao entrar em contato com os candidatos, perante a realidade encontrada: destes inscritos, dezoito o número de contato de telefone já não mais existia; quatorze não se interessava mais e sete já não residiam na cidade. Por isso, só conseguimos completar o trabalho de atendimento com cinco pessoas. Diante do exposto a Secretaria do Desenvolvimento Social se propôs a uma nova divulgação e novas inscrições para que possamos realizar novas entrevistas.

Conseguimos finalizar com 5 candidatos que se dispuseram a ir a entrevista e o fizeram sendo atendidos nos consultórios da clínica escola de Psicologia do CES/JF. Assim, concluímos os laudos daqueles que completaram o processo e encaminhamos à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora para que pudessem ser admitidos como padrinhos conforme seus desejos e possibilidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de só efetivarmos cinco atendimentos consideramos a necessidade de que as crianças e adolescentes institucionalizados possam se beneficiar deste Projeto visto que a institucionalização pode acarretar danos na

vida e no desenvolvimento psíquico das crianças com ao afastamento do seio familiar.

Pretendemos com este artigo chamar a atenção da comunidade local, bem como da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora sobre a importância real da atualização, divulgação e conscientização da comunidade, mobilizando um maior grupo de indivíduos para o engajamento neste propósito humanitário e social. Isto implica também no cumprimento de prazos para que a família, casal ou pessoa individualmente acolhedora possa estar se aproximando da instituição e formando assim um laço de afetividade com essas crianças e adolescentes até que seja possível o seu retorno ao lar de origem.

Embora o projeto da Secretaria de Desenvolvimento Social seja bastante humano e necessário e tenha ocorrido um grande investimento por parte dos acadêmicos e da professora e até mesmo da profissional responsável junto ao órgão público pode-se constatar que a imprevisibilidade de ações públicas algumas vezes foge do controle. Consideramos necessária uma maior e melhor organização interna para atualização de dados para que os objetivos desejados pudessem ser alcançados. Ainda estamos em processo e espera de uma nova lista, a fim de obter melhores resultados. Com certeza vamos perseverar. Resiliência é a possibilidade de termos e ganharmos proveito de situações frustrantes, aprendemos, temos um bom parâmetro do que precisa ser alterado. As crianças e adolescentes merecem, muitos representantes da população querem, nos profissionais investimos. Acreditamos e confiamos que juntos poderemos proporcionar e ressignificar padrinhos e madrinhas afetivas que serão mais felizes, darão um novo significado às suas vidas e proporcionarão dessa maneira uma melhor qualidade de vida e extensão de felicidade aos atendidos. Algo de novo é preciso... algo de novo.

AFFECTIVE SPONSORSHIP OF INSTITUTIONALIZED CHILDREN OF THE MUNICIPALITY OF JUIZ DE FORA

ABSTRACT

The objective of this project was to promote the process of Affective Sponsorship of children and adolescents institutionalized in the city of Juiz de Fora. The project was a partnership between the Clinical School of Psychology of the CES.JF and the Municipality of Juiz de Fora resulting in a 216-hour Extension Project. Results and discussions: we received a list consisting of 42 candidates; who were contacted via telephone to search and mark the interview that could make sponsorship viable. However, during the contacts it can be seen that the inscriptions were quite old. So some said that it was more than 5 years ago, many did not even remember what it was. In this way this operation was frustrating since of these enrolled we had the following position: to 18 people the telephone contact number no longer existed; 14 they were no longer interested; 07 no longer resided in the city. Finally, we were only able to complete the work with five candidates who, after interview and metric evaluation of the personality, had favorable reports and sent them to the City Hall to proceed with the approach of the institutionalized child or teenager. In view of the above, the Secretariat for Social Development proposed a new dissemination and new inscriptions in order to follow up the work. We conclude that the project has great assertive meanings towards the society in order to create affective ties between institutionalized children and adolescents, which justifies its continuity in the next academic semester after a process of dissemination of the city hall and registration of new and updated candidates.

Key-works: Affective Sponsorship; Children; Adolescents; Institutionalization

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Decreto-lei nº 3.799, de 5 de novembro de 1941. **Transforma o Instituto Sete de Setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências.** Brasília: Diário Oficial da União; 1941. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 26 nov 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília: Diário Oficial da União; 1990.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília: Diário Oficial da União; 1990.

FARIELLO, L. C. **Apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes: entenda como funciona.** Conselho Nacional de Justiça. 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/77259-apadrinhamento-afetivo-de-criancas-e-adolescentesentenda-como-funciona>. Acesso em: 27 nov 2018.

GOULART, J. S.; PALUDO, S. S. Apadrinhamento afetivo: construindo laços de afeto e proteção. **Psico.** Rio Grande do Sul. V. 45, Nº.1, p. 35-44, jan.-mar. 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5633362>. Acesso em: 26 nov 2018.

PASQUALI, L., AZEVEDO, M. M. & GHESTI, I. (1997). **Inventário fatorial de personalidade: manual técnico e de aplicação.** São Paulo: Casa do Psicólogo.

PEREZ, J. R. R., & PASSONE, E. F. (2010). Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, 40(140), 649-673.

Perez, J. R. R., & Passone, E. F. (2010). Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 40(140), 649-673.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro. Ed. PUC Rio. 2004. Disponível em: http://www.editora.vrc.pucRio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf. Acesso em: 20 nov 2018.

SOUSA, K. K.; PARAVIDINI, J. L. L. Vínculos entre crianças em situação de acolhimento institucional e visitantes da instituição. **Psicologia: ciência e profissão**. V. 31, N.º. 3, p. 536-553. 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6135048>. Acesso em: 20 nov 2018.

Trindade, J. M. B.; O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.19. N.º. 37. Set. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100003&script=sci_arttext#17e18not. Acesso em 26 nov 2018.

WEBER, L. N. D. Os filhos de ninguém abandono e institucionalização de crianças no Brasil. **Revista Conjuntura Social**. Rio de Janeiro. N.º04, p. 30-36. 2000. Disponível em: <http://www.lidiaweber.com.br/Artigos/2000/2000Osfilhosdeninguem.pdf>. Acesso em: 26 nov 2018.

ANEXO

PROJETO: APADRINHAMENTO AFETIVO PARA CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADA DA PMJF

Data da entrevista:

Entrevistadora:

Entrevistado: () casal hetero () casal homo () adulto sexo feminino
individual () adulto sexo masculino individual

Dados do (s) entrevistado (s):

1 – Dados pessoais:

Nome:

Estado civil:

Data de nascimento: ___/___/_____

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Filiação:

Endereço:

Mora a muito tempo nesse endereço? () Sim () Não

Seus vizinhos te conhecem?

Quantas pessoas moram com você?

Qual seu grau de parentesco com elas?

Elas sabem desse seu desejo?

O que acham?

Tem filhos?

Quantos?

O que eles acham disso?

Como se chamam?

Idade e escolaridade de cada um?

Qual sua renda média?

Onde você trabalha?

Tem muito tempo? Quanto?

Você bebe ou fuma?

Com que frequência?
caracteriza)? Qual?

Você tem alguma mania (algo que te

2 – Como conheceu o projeto?

- 3 – Que razão ou razões te levam a querer apadrinhar uma criança?
- 4 – O que você deseja para si mesmo neste apadrinhamento?
- 5 – Você tem preferência nesta escolha? Quanto ao sexo?
Quanto a cor? Quanto a idade? Outras?
- 6 – Como você pensa que seria seu dia com esta criança?
- 7 – Você participa de alguma religião ou grupo religioso? Qual?
Como é sua participação?
- 8 – Você participa de algum outro grupo?
- 9 – Como foi sua educação em família?
- 10 – Com quem e como você se relaciona no grupo familiar?
- 11 – Geralmente como você demonstra os sentimentos ou emoções relacionados a:
Alegria:
Tristeza:
Raiva:
Preocupação:
Dor:
- 12 – Como você passa seus aniversários?
- 13 – Você possui algum sintoma que precise de cuidados diários?
- 14 – Você toma alguma medicação diariamente?
- 15 – Você já ficou hospitalizado? Quando? Porque?
- 16 – O que te faz se sentir muito alegre?
- 17 – O que faz você se sentir muito triste?
- 18 – O que lhe aborrece ou lhe chateia muito?
- 19 – Você se considera sociável?
- 20 – Você possui animais de estimação? Quantos? Que animal?

IV SEMINÁRIO DE EXTENSÃO E PESQUISA

05 A 07 DE NOVEMBRO DE 2018



21 – Já perdeu alguém ou alguma coisa que fosse muito importante para você?
Como lidou com isso?

22 – Você já viveu a experiência de conviver com algum estranho na sua casa?